

PROJETO DE LEI N.º 1843, DE 21 DE SETEMBRO DE 2020

Origem: Poder Executivo

*Aprovado por
unanimidade
em 06.10.2020*

"Dispõe sobre a instituição e a cobrança de Contribuição de Melhoria em decorrência da execução de obras públicas pelo Município de Boqueirão do Leão"

.....

Art. 1º - Esta Lei dispõe sobre a instituição e a cobrança de Contribuição de Melhoria em decorrência da execução, pelo Poder Público Municipal, das obras de pavimentação asfáltica, drenagem, meio-fio, passeio público e demais serviços de urbanização na Rua Sério entre a Rua General Osório até a Rua Cascata, numa extensão de 78 metros.

Art. 2º - A cobrança da Contribuição de Melhoria decorrente da execução das obras referidas no artigo anterior far-se-á de acordo com os critérios previstos nesta Lei.

Art. 3º - O fato gerador da Contribuição de Melhoria é a valorização de imóveis de propriedade privada, decorrente da realização das obras públicas.

Art. 4º - A Contribuição de Melhoria será cobrada dos proprietários ou possuidores de imóveis situados nas áreas beneficiadas pelas obras, sendo que serão considerados beneficiados, para os fins de que trata esta Lei, os imóveis que possuam frente ou testada para à Rua Sério entre a Rua General Osório até a Rua Cascata, numa extensão de 78 metros, em ambos os lados dessa via pública, no trecho em que for realizada a obra, e/ou os imóveis confrontantes com essa via pública no referido trecho, conforme indicado no artigo 2º desta Lei, e que tiverem valorização imobiliária em decorrência da realização das obras.

§ 1º - Responde pelo pagamento da Contribuição de Melhoria o proprietário ou possuidor do imóvel ao tempo de seu lançamento, transmitindo-se essa responsabilidade aos adquirentes e sucessores do imóvel, a qualquer título.

§ 2º - Quando houver condomínio, quer de simples terreno ou de edificação, a contribuição será lançada em nome de um ou em nome de todos os condôminos, que serão responsáveis na proporção de suas quotas.

Art. 5º - A base de cálculo da Contribuição de Melhoria é o acréscimo de valor econômico do imóvel decorrente de valorização imobiliária em função de realização das obras públicas, tendo como limite total 50% do custo das obras e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

Art. 6º - Para a cobrança da Contribuição de Melhoria, a Administração fará publicar, previamente ao lançamento, edital com os seguintes elementos:

I - delimitação das áreas beneficiadas e a relação dos imóveis nelas compreendidos;

II - memorial descritivo do projeto;

III - orçamento total ou parcial do custo das obras, em conformidade com os Anexos I e II desta Lei;

IV - determinação da parcela do custo das obras a ser ressarcida pela contribuição, com o correspondente plano de rateio entre os imóveis beneficiados.

Art. 7º - Executada a obra na sua totalidade ou em parte suficiente para beneficiar determinados imóveis, de modo a justificar o início da cobrança da Contribuição de Melhoria, proceder-se-á ao lançamento referente a esses imóveis depois de publicado o respectivo edital demonstrativo de custos.

§ 1º - Será ressarcido pela contribuição de melhoria 50% do custo das obras, que será apurado após o seu término e publicado através do edital a que se refere o *caput* deste artigo.

§ 2º - Não serão ressarcidos pela contribuição de melhoria os custos referentes à instalação da iluminação pública, sendo que no custo orçado das obras a que se refere o parágrafo anterior àquelas despesas não estão incluídas.

§ 3º - A contribuição relativa a cada imóvel será determinada pelo rateio de 50% do custo das obras pelos imóveis situados na área por elas beneficiadas, em função dos respectivos fatores individuais de valorização, conforme plano de rateio a ser determinado através do edital a que se refere o artigo 6º desta Lei, observados os critérios previstos nesta Lei.

§ 4º - A valorização dos imóveis decorrente da realização das obras públicas será apurada e determinada mediante laudo de avaliação, a ser elaborado pela Administração Municipal, através do Departamento de Engenharia.

Art. 8º - As condições de pagamento da Contribuição de Melhoria são as previstas no Código Tributário do Município de Boqueirão do Leão.

Art. 9º - A Administração Tributária deverá notificar o contribuinte, diretamente, via postal ou por edital, sobre:

I - o valor da Contribuição de Melhoria lançada;

II - o prazo de pagamento, suas prestações e vencimentos;

III - o prazo para impugnação.

Parágrafo único - Dentro do prazo que lhe for concedido na notificação de lançamento, não inferior a trinta dias, o contribuinte poderá apresentar à Administração Tributária reclamações escritas, quanto:

I - ao erro na localização ou quaisquer outras características do imóvel;

- II - ao cálculo dos índices atribuídos;
- III - ao valor da contribuição;
- IV - ao número de prestações.

Art. 10 - O lançamento e suas alterações serão comunicados ao contribuinte através de qualquer uma das seguintes formas:

- I - por notificação direta;
- II - por publicação no órgão oficial do Município;
- III - por publicação em órgão da imprensa local;
- IV - por remessa do aviso por via postal;
- V - por qualquer outra forma prevista na legislação vigente.

Art. 11 - Os proprietários ou possuidores dos imóveis situados nas zonas beneficiadas pelas obras públicas têm o prazo de trinta dias, a contar da data da publicação do edital de Contribuição de Melhoria, para a impugnação de qualquer dos elementos nele contidos, cabendo ao impugnante o ônus da prova.

Parágrafo único - A impugnação deverá ser dirigida à autoridade administrativa de primeira Instância através de petição fundamentada, que servirá para o início do processo administrativo fiscal, e não terá efeito suspensivo da cobrança da Contribuição de Melhoria.

Art. 12 - Os requerimentos de impugnação e de reclamação, bem como quaisquer recursos administrativos, não suspendem o início ou o prosseguimento das obras, nem terão o efeito de obstar a Administração Tributária na prática dos atos necessários ao lançamento e à cobrança da Contribuição de Melhoria.

Parágrafo único - Aplicar-se-á ao lançamento, à cobrança e às isenções da Contribuição de Melhoria, bem como ao processo administrativo de instrução e julgamento das impugnações e reclamações a que se refere esta Lei, no que couberem à sistemática e as demais normas e obrigações estabelecidas no Código Tributário do Município de Boqueirão do Leão.

Art. 13 - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BOQUEIRÃO DO LEÃO,
em 21 de Setembro de 2020.

PAULO JOEL FERREIRA
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE

Secretária Municipal de Administração
e Planejamento.

MENSAGEM JUSTIFICATIVA N.º 1809/2020
AO PROJETO DE LEI N.º 1843/2020.

Senhor Presidente,
Senhores Vereadores:

O presente Projeto de Lei para apreciação deste Poder Legislativo visa buscar a necessária autorização legislativa para aprovar matéria que dispõe sobre a instituição da Contribuição de Melhoria em decorrência de benefícios a imóveis, derivados de obra pública de pavimentação da Rua Sério entre a Rua General Osório até a Rua Cascata, numa extensão de 78 metros.

Este Projeto continua a pavimentação da Rua Sério que, parte dela já foi concluída da Rua Duque de Caxias até a General Osório em frente a Creche Municipal. Esse trecho restante beneficiará a UBS Dr. Juarez Franciosi Ortiz, o nosso Posto de Saúde, como também a sede social da 3ª Idade, cujo terreno é cedido em comodato pela Prefeitura Municipal.

Como já foi dito em outros Projetos esta Contribuição de Melhoria é cobrada pelo fato de uma rua asfaltada valorizar a propriedade e auxiliar o Município, com o valor arrecadado a custear a realização das obras. Hoje se sabe que um Administrador Público não pode deixar de cobrar tal contribuição pelo fato de representar renúncia de receita. Porém a cobrança só pode ser efetuada depois da aprovação do Projeto que identifica a rua, ou parte dela, com o aval do Poder Legislativo.

Os custos para a realização da obra é de emenda parlamentar do Deputado Federal Elvino Bohn Gass no total de R\$ 250.000,00.

É o que se propõe para apreciação e votação por essa Câmara, que, por sua relevância se faz necessário.

Por isso solicitamos que a matéria seja apreciada em regime de urgência.

Atenciosamente,

PAULO JOEL FERREIRA
Prefeito Municipal